

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 03.11.2022

Formar talentos científicos e tecnológicos e integrá-los no desenvolvimento da Grande Baía

Há dias, terminou com sucesso o 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China. No Relatório do Congresso, foram apresentadas tarefas centrais, como a continuidade de colocar em prática o desenvolvimento de alta qualidade, referindo o seguinte: “Temos de defender que a ciência e a tecnologia são forças de produção primárias, os talentos são recursos de primeira importância e a inovação é a força motriz primária. Vamos implementar de forma profunda a estratégia de revigoramento do país mediante a ciência e a educação, a estratégia de fortalecimento do país mediante a formação de talentos e a estratégia de desenvolvimento impulsionado pela inovação. Vamos abrir novas áreas de desenvolvimento e criar constantemente novos motores e vantagens de crescimento”; “Devemos priorizar o desenvolvimento da educação” e “impulsionar a equidade educacional”; defender a “estratégia de desenvolvimento impulsionado pela inovação” e concretizar a “independência e o autofortalecimento da ciência e tecnologia de alto nível”; “É preciso aperfeiçoar a disposição estratégica de talentos” e “empenhar-nos em reunir talentos e fazer bom uso deles”; e trabalhar juntos para a construção de um país inovador.

Para a diversificação adequada da economia de Macau, o Governo, com o apoio do País, está a promover o desenvolvimento de quatro indústrias emergentes, com a indústria de investigação e desenvolvimento científico e tecnológico e a indústria manufactureira de alto nível; e a indústria de marcas de Macau, como a de medicina tradicional chinesa, etc., intimamente ligadas à estratégia nacional de “construção da nação com ciência e educação”.

O Governo tem vindo a defender as políticas de “promover a prosperidade de Macau através da educação” e “construir Macau através da formação de talentos”, e, nos últimos 10 anos, reforçou o investimento no ensino superior. Com o apoio e a autorização do Governo Central, Macau dispõe agora de 4 laboratórios de referência do Estado, para impulsionar o desenvolvimento estável da ciência e tecnologia inovadoras nas instituições do ensino superior de Macau. A medicina tradicional chinesa, o *design* de *chips*, a ciência espacial, a Internet das coisas, a “medicina de precisão”, etc. já atingiram um nível internacional avançado, com prémios de investigação científica a nível internacional e nacional, o que prova a excelente capacidade das áreas de investigação científica de Macau.

Acho que é primordial incentivar os jovens talentos a integrarem-se no desenvolvimento da Grande Baía e a aprofundarem a aprendizagem do espírito do 20.º Congresso, e é ainda importante esclarecer o desenvolvimento da sua carreira profissional e a sua relação com a integração no desenvolvimento global do país. Assim, sugiro o seguinte:

1. No ensino superior, há que divulgar o “espírito do 20.º Congresso” e orientar os jovens para a compreensão correcta do importante significado da sua realização e do seu planeamento estratégico para a “construção da nação com ciência e educação”, e do reforço do apoio aos talentos na construção moderna, para que os jovens compreendam o que aprenderam hoje e a sua relação com o desenvolvimento do país, para poderem olhar para o seu próprio desenvolvimento profissional numa plataforma mais elevada.

2. No ensino não superior, para além de se dar continuidade à educação STEAM, há que organizar visitas às respectivas instituições, laboratórios, empresas, etc., para os alunos do secundário conhecerem as vantagens a nível internacional e as perspectivas de desenvolvimento da investigação científica de Macau, atraindo-os para se candidatarem às respectivas faculdades.

3. Há que lançar políticas; incentivar a cooperação entre escolas, instituições de ensino superior e empresas de ciência e tecnologia; sistematizar o mecanismo Indústria-Universidade-Pesquisa; aperfeiçoar de forma contínua a construção da cadeia industrial; aumentar a capacidade de investigação científica de Macau; e apoiar a inovação e o desenvolvimento das indústrias.

4. O Governo investiu muitos recursos na investigação científica. Sugiro a criação de um fundo para apoiar a aplicação de projectos focados na investigação científica, o incentivo à investigação e à inovação, e a partilha dos benefícios do desenvolvimento decorrentes dos resultados da investigação científica, criando condições mais favoráveis para o ecossistema da inovação científica e tecnológica.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 03.11.2022

Acelerar o desenvolvimento da indústria tecnológica e alcançar um novo ponto de crescimento económico

Recentemente, Hong Kong anunciou várias medidas de apoio ao desenvolvimento da indústria tecnológica: a elaboração de um plano de alto nível, a aceleração da concretização da indústria, da academia e da investigação, e a implementação de políticas favoráveis à captação de talentos, com vista a apoiar melhor a construção de um centro internacional de ciência e tecnologia inovador. Estas medidas são inéditas e as autoridades até descreveram o desenvolvimento do centro internacional de inovação tecnológica como uma “batalha que tem de ser vencida a todo o custo”.

Tanto no Segundo Plano Quinquenal como nos Relatórios das LAG, o Governo salienta a necessidade de reforçar a inovação na aplicação das tecnologias, aperfeiçoar o respectivo sistema, otimizar o ambiente para o desenvolvimento da inovação, mas, em comparação com as regiões vizinhas, ainda existem problemas, tais como a falta de atractividade das políticas e a imperfeição do sistema científico e tecnológico.

É de notar que, sendo Macau uma das principais cidades do “corredor de inovação científica e tecnológica” da Grande Baía, deve fazer bem o trabalho do topo de pirâmide no âmbito da inovação científica e tecnológica e desempenhar bem o papel de liderança, em prol da concretização da diversificação adequada da economia e da integração no desenvolvimento global do país.

Tal como sublinha o Secretário-Geral Xi Jinping no seu relatório do 20.º Congresso Nacional do Partido Comunista da China, temos de defender a ciência e a tecnologia como forças de produção primárias, os talentos são recursos de primeira importância e a inovação é a força motriz primária. Temos de aperfeiçoar o sistema de inovação científica e tecnológica, acelerar a concretização da estratégia de desenvolvimento impulsionado pela inovação e a construção de um país forte em ciência e tecnologia.

Há que reforçar a inovação tecnológica e potenciar o papel da ciência e tecnologia enquanto motor do crescimento económico com qualidade. Temos de ter consciência e visão prospectiva para garantir a valorização e reconversão das indústrias e o crescimento económico com qualidade.

Assim, proponho o seguinte:

1. A ciência e a tecnologia envolvem muitos sectores, portanto, o Governo deve apressar a definição e divulgação do respectivo plano, no sentido de clarificar o enquadramento e rumo do desenvolvimento. Isto para potenciar o papel da ciência e tecnologia na diversificação económica e desenvolvimento das indústrias, no aperfeiçoamento da colaboração interdepartamental, na compensação dos pontos fracos das leis, e na retoma económica.

2. Os talentos são o núcleo da inovação científica e tecnológica. Macau tem grande

falta de talentos nesta área, e a sua competitividade é menor do que nas regiões vizinhas. Por isso, sugiro que se reforce a formação de talentos, inovadores e especializados, acelerando a transformação dos resultados dos estudos científicos, e se lancem políticas privilegiadas para reunir todos os talentos e aproveitá-los.

3. Com a generalização da aplicação do pagamento electrónico, a tecnologia potencializa a actualização das indústrias tradicionais, contribuindo para promover o desenvolvimento da economia digital com qualidade. Por isso, sugiro que seja elaborado um plano de desenvolvimento da economia digital e adoptada a Zona de Cooperação Aprofundada como projecto-piloto, para aperfeiçoar os diplomas legais complementares, promover a abertura e partilha de informações e dados, e se alcançar um novo crescimento económico.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 03.11.2022

Rever, com serenidade, as insuficiências na prevenção da pandemia e aumentar a capacidade de resposta à situação de pandemia

Devido às alterações da situação de pandemia em Macau, em 31 de Outubro, o Governo divulgou uma nova testagem em massa. Desta vez, não há suspensão do trabalho nem das aulas, tentou-se concluir tudo num dia, aproxima-se um tufão, entre outros factores, por isso, surgiu uma enorme multidão nos diversos postos de testagem logo após a divulgação dessa informação. Nalguns postos houve situações de indignação dos residentes devido à confusão da organização, à impossibilidade de se manter a distância de prevenção e ao longo tempo de espera, entre outras razões. Entretanto, o Centro de Coordenação de Contingência do Novo Tipo de Coronavírus anunciou logo o prolongamento do tempo de testagem até às 11 horas do dia 2 de Novembro, apelou aos residentes para não se precipitarem, e só depois disto é que a situação das filas de espera, devido à afluência aos postos, melhorou. Este caso merece reflexão e revisão sérias por parte das autoridades.

É de referir que, segundo o Relatório final sobre a resposta à situação do dia 18 de Junho, o surto, que foi repentino, demonstrou os efeitos que os mecanismos permanentes de alerta e monitorização da situação de pandemia deveriam surtir. O Governo foi altamente eficiente na resposta à situação e na mobilização de recursos humanos; e em conjugação com os planos e a situação real, as medidas de prevenção têm sido melhoradas, e os objectivos “dinâmica zero” e manutenção da estabilidade social foram alcançados de forma bem-sucedida. Objectivamente, a resposta do Governo foi rápida durante o surto de 18 de Junho, e, com os esforços de todos os sectores da sociedade, as testagens em massa foram bem-sucedidas, contudo, no Relatório não foi efectuada uma revisão detalhada sobre as insuficiências dos trabalhos das autoridades, portanto, o público não tem meios para saber se já aprenderam a lição e se já efectuaram uma revisão séria da situação.

É de salientar que a situação epidémica continua complexa e grave em vários locais do mundo, e podemos prever que Macau ainda vai precisar de manter o combate à epidemia durante algum tempo. Assim, a definição de medidas efectivas e normalizadas de prevenção e controlo da epidemia e a criação de condições favoráveis à recuperação da sociedade e da economia são tarefas relevantes das futuras acções governativas. Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. A luta contra a epidemia já dura quase há três anos e a população tem colaborado com o Governo nos trabalhos de prevenção da epidemia, demonstrando o seu firme empenho e determinação nessa luta. No entanto, foram realizados vários testes em massa, e há dias, os velhos problemas voltaram a surgir. Apelo ao Governo para abandonar as ideias burocráticas e rever as suas próprias insuficiências, reforçar e aperfeiçoar, sob ponto de vista da população, os planos de combate para reduzir os seus impactos no público e na prevenção da epidemia. (5 linhas)

2. Para além da actualização atempada do “Plano de contingência para enfrentar a

epidemia do novo tipo de coronavírus em Macau”, é necessário implementar com seriedade os respectivos trabalhos, aumentar a capacidade de resposta rápida a emergências, especialmente na introdução de políticas de prevenção de epidemia, pois os serviços competentes, para além de terem em atenção as suas próprias competências, devem também pensar no ponto de vista dos residentes, aperfeiçoando as medidas complementares. Veja-se o exemplo do bairro comunitário de Seac Pai Van, onde só existe um único posto de testagem, onde muitos idosos e pessoas com dificuldades motoras têm de se sujeitar a longas filas de espera ao ar livre. Sugere-se que se tenha em conta a distribuição demográfica e as características de cada zona, e se melhore o processo através de veículos itinerantes para a recolha de amostras.

3. Esta vaga deveu-se à não utilização, por parte de um paciente, do código de saúde de local, o que evidencia que estes códigos não estão a funcionar. Assim, para além de apelarem ao público e aos responsáveis dos estabelecimentos para digitalizarem os referidos códigos, as autoridades proceder ao aperfeiçoamento das respectivas instalações complementares, por exemplo, alargar o âmbito de cobertura de Wi-Fi gratuito em todas as zonas de Macau para os residentes poderem aceder facilmente às aplicações nos diversos locais e facilitar os trabalhos de prevenção epidémica, acelerar o ritmo de identificação da fonte de infecção, romper os riscos de propagação na comunidade e garantir a segurança dos cidadãos.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 03.11.2022

Reforçar a cooperação entre Guangdong e Macau na área da educação e construir uma zona de talentos na Grande Baía

O relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista apresenta um conteúdo rico, com ideias vastas e profundas, define, num capítulo separado, planos para a estratégia de revigoração do país através da ciência e educação e para fortalecer o suporte de talentos à modernização, define que a educação, ciência, tecnologia e talentos são suporte básico e estratégico para a construção de um país socialista moderno; e sublinha que as três prioridades são orientações claras e fundamentais para o desenvolvimento da ciência e tecnologia, dos talentos e da inovação nos próximos cinco anos ou mais. Pelo visto, a reforma e a educação devem ter como base essas três prioridades, para se responder às exigências básicas de modernização da China, preparando-se para contribuir na concretização da grande revitalização da nação chinesa.

Nas “Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía”, refere-se o desenvolvimento da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau na educação; o apoio à construção da zona de demonstração da educação internacional na Grande Baía; e a promoção do ensino superior, do ensino profissional e do aprofundamento da cooperação no ensino básico. O Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada também refere o aprofundamento do intercâmbio na educação entre Guangdong e Macau e a promoção do fluxo eficiente dos recursos, da ciência, da tecnologia e dos talentos.

Na sequência do desenvolvimento sustentável da Grande Baía e da Zona de Cooperação Aprofundada e, para promover ainda mais o desenvolvimento integrado e a cooperação ao nível da qualidade da educação entre Guangdong e Macau, apresento as seguintes opiniões e sugestões:

1. Promover o desenvolvimento característico, de qualidade e sinérgico do ensino básico de Guangdong e Macau, para, através da articulação e coordenação das diferenças, construir um sistema de ensino básico na Grande Baía. Pode recorrer-se à Zona de cooperação aprofundada como projecto-piloto, para promover a ideia de topo da pirâmide e reforçar o suporte às políticas e à alocação de recursos. Depois, com o aproveitamento das características e vantagens das duas regiões, promover, passo a passo, a articulação entre os sistemas de ensino, os objectivos de formação e o conteúdo dos cursos, bem como aprofundar a cooperação através da inovação.

2. Aprofundar, em articulação com as necessidades reais, a aplicação das novas tecnologias de informação no estreitamento da cooperação, explorar o ensino conjunto, e formar talentos, recorrer ao apoio através de megadados e à inteligência artificial na sala de aula, entre outros modelos e métodos, concretizando-se assim o ensino conjunto.

Explorar a tecnologia inteligente para fortalecer a educação, o estudo e a aprendizagem, entre os docentes de Guangdong e Macau, e promover o aumento constante do nível pedagógico, contribuindo para o desenvolvimento da educação das duas regiões.

3. Promover o ensino primário e secundário de Macau na Ilha de Hengqin. Residem no Interior da China mais de 4000 estudantes de Macau, assim, sugere-se que se estude a possibilidade de ultrapassar as limitações do regime jurídico vigente para se criar um novo modelo de ensino na Zona de cooperação aprofundada, para a formação de quadros qualificados que amem a Pátria e Macau. E quanto à admissão de estudantes de Macau e do Interior a China, espera-se que os governos sejam corajosos e flexibilizem as políticas educativas (por exemplo, quanto à admissão por origem dos alunos, aos critérios dos cursos, origem dos docentes, etc.), a fim de se criar uma nova zona piloto de educação internacional em Hengqin.

IAOD dos Deputados Wu Chou Kit e Iao Teng Pio em 03.11.2022

Aproveitar bem os recursos de solos e melhorar o respectivo regime jurídico

O Governo da RAEM apresenta o aproveitamento de espaços subterrâneos como um meio que visa servir de elemento complementar ao nível do tráfego e das infra-estruturas urbanas, a fim de racionalizar e maximizar o aproveitamento dos recursos de solos de Macau, aumentando o valor de utilização dos terrenos! Assim, sugere-se às autoridades a utilização dos terrenos e a criação do respectivo regime jurídico, com vista a aproveitar, nos termos legais, os espaços subterrâneos ao nível da sua utilização múltipla, direito ao aproveitamento e à gestão, etc.

Tomando como referência a legislação do Japão relativa aos espaços subterrâneos e a realidade que se vive nas regiões vizinhas, a exploração e construção de espaços subterrâneos de grande dimensão para a utilização pública afigura-se já como uma tendência necessária para o desenvolvimento intensivo de cidades internacionais. Nos últimos anos, Macau avançou, sucessivamente, com a construção do centro modal de trânsito, infra-estruturas dos Novos Aterros, etc. Para desenvolver uma cidade com áreas limitadas, mas necessidades ilimitadas, é necessário um desenvolvimento tridimensional, quer ascendente quer descendente, portanto, as normas ou o regime jurídico sobre a utilização dos espaços subterrâneos afiguram-se prementes e devem ser definidos com a maior brevidade.

O Japão tem uma longa história de desenvolvimento dos espaços subterrâneos, e os correspondentes diplomas são mais perfeitos e completos, dividindo-se, principalmente, em leis civis básicas, que regulam a titularidade dos respectivos direitos, e leis complexas, sobre a exploração e a utilização desses espaços. No caso de Taiwan, China, as normas da construção e dos projectos sobre espaços subterrâneos estão espalhadas por vários diplomas legais, e muitas dessas disposições são normas técnicas, por exemplo, regulam os critérios para a concepção das passagens para peões e das vias subterrâneas. Quanto às demais normas, estão espalhadas por diplomas sobre a construção ou a protecção ambiental, o que impede o aproveitamento integral do espaço subterrâneo e a assunção de uma visão global na ponderação de assuntos. De facto, no dia 27 de Outubro de 1997, os serviços responsáveis pela construção do nosso país promulgaram as “Normas para o Desenvolvimento e Gestão do Espaço Subterrâneo Urbano”, definindo um capítulo específico para o planeamento do espaço subterrâneo urbano, construção e gestão de obras, entre outros assuntos, a fim de reforçar a gestão da exploração e do aproveitamento dos espaços subterrâneos urbanos, e o desenvolvimento racional dos recursos desses espaços.

Em Macau, o respectivo regime jurídico regula principalmente as empreitadas, pelo que se sugere que, no futuro, as prioridades dos trabalhos relativos à criação de um sistema jurídico que regule os espaços subterrâneos sejam as seguintes:

1. Criar um mecanismo jurídico interserviços para gestão, cabendo aos serviços de assuntos jurídicos elaborar projectos, organizando estudos conjuntos com os respectivos serviços e especialistas, e elaborando um regime jurídico que corresponda à situação de desenvolvimento, de modo a criar uma base para desenvolvimento, uso e gestão;

2. Primeiro, há que ter disposições gerais para o desenvolvimento do espaço subterrâneo; segundo, definir regulamentos, densificando e aperfeiçoando os mesmos, em prol da criação de serviços e regulamentos administrativos; e, depois de traçadas as linhas mestras, há que definir restrições técnicas e de controlo;

3. As disposições legais podem ser feitas tendo por referência a respectiva legislação do Interior da China e do exterior, para o aperfeiçoamento das respectivas normas;

4. Deve-se regulamentar a forma de ligação entre os espaços de superfície e os espaços subterrâneos, e o planeamento de circulação e a integração ambiental, entre outros, para aumentar a sua interacção e, através da ligação das funções dos espaços superior e inferior, ser possível haver uma utilização mais eficaz dos espaços;

5. Após o desenvolvimento dos espaços subterrâneos, deve-se explorar os espaços comerciais e utilizá-los para gerar benefícios económicos. Deve haver uma regulamentação própria para os projectos de utilização, prevenção de desastres, planeamento de circulação, e competências e responsabilidades relativamente à gestão dos mesmos.

6. O desenvolvimento dos espaços subterrâneos deve ter em conta a sua sustentabilidade. Mas as normas legais também devem ser flexíveis, para que possam ser revistas imediatamente, quando, no futuro, houver alterações no tempo ou no ambiente.

Espero que o Governo da RAEM possa definir o rumo de desenvolvimento futuro da cidade, para melhorar, significativamente, a vida da população e permitir o desenvolvimento harmonioso da sociedade.

IAOD do Deputado Cheung Kin Chung em 03.11.2022

Desenvolver as indústrias da saúde, da cultura e do turismo, e contribuir para a diversificação adequada da economia

O relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista destacou o pleno, preciso e firme cumprimento do princípio “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia, apoio ao desenvolvimento económico de Macau, melhoria da qualidade de vida da população, erradicação das contradições e problemas profundos resultantes do desenvolvimento socioeconómico, e promoção da prosperidade e estabilidade de Macau a longo prazo. Trata-se de uma exigência fundamental para o futuro desenvolvimento de Macau.

Com o forte apoio do Governo Central, foi lançado, em Setembro de 2021, o Projecto Geral de Construção da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin, apoiando o desenvolvimento diversificado da economia de Macau. Ao longo de mais de um ano, sob os esforços conjuntos de Guangdong e Macau, as quatro novas indústrias de Macau, a investigação científica e tecnológica e produção de alta qualidade, a medicina tradicional chinesa, as actividades culturais, convenções, exposições e comércio, e as finanças modernas, obtiveram um certo desenvolvimento. O desenvolvimento integrado das indústrias culturais e turísticas reveste-se de grande significado para o impulsionamento do desenvolvimento do sector dos serviços modernos e para o desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Com o desenvolvimento da indústria de MTC em Macau, ao longo dos anos, a dimensão da medicina tradicional chinesa, dos produtos de saúde, dos equipamentos médicos e da biomedicina tem vindo a crescer. Por um lado, deve-se apoiar fortemente as empresas de MTC na investigação e desenvolvimento de mais produtos de marca, engrandecendo de forma contínua a indústria de MTC. Por outro, deve-se apoiar as empresas do turismo cultural e “big health” a acelerar a integração de negócios, promovendo mais serviços e produtos para os mercados interno e externo, em prol da produção de mais resultados substanciais reais.

Pode-se prever que as perspectivas de cooperação no turismo cultural entre Hengqin e Macau vão ser amplas, assim, há que procurar apoio político; explorar profundamente os produtos desse tipo de turismo; criar, em conjunto, destinos de turismo cultural e turismo cultural com itinerários “multi-destinos”; empenhar-se no “design” de produtos do turismo cultural e “big health” com características próprias, orientados para o mercado; e aproveitar e maximizar as políticas e condições favoráveis da cooperação, no sentido de fortalecer a indústria de “big health” e turismo cultural de Hengqin e Macau.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 03.11.2022

Melhoria do regime de avaliação das remunerações dos trabalhadores da Função Pública em prol do aumento do moral do pessoal e da melhoria da eficácia da governação

Há dias, houve rumores sobre uma redução salarial dos funcionários públicos no próximo ano, o que causou preocupação entre estes. Na verdade, tais rumores, que se seguiram ao surto da epidemia, foram repetidamente confirmados como sendo meros rumores. Porém, a persistência dos mesmos reflecte a falta de transparência no actual regime de ajustamento salarial dos funcionários públicos, o que favorece o surgimento desses rumores.

O ajustamento salarial dos funcionários públicos de Macau segue um mecanismo estabelecido, segundo o qual, a Comissão de Avaliação das Remunerações dos Trabalhadores da Função Pública (Comissão de Avaliação das Remunerações) tem um papel importante. Esta Comissão, criada em 2012, tem as seguintes competências: estudar e fixar os princípios fundamentais, critérios e procedimentos para o ajustamento das remunerações; estabelecer e supervisionar o início dos trabalhos de análise do nível das remunerações; fixar o nível do ajustamento destas, de acordo com as análises periódicas dos níveis das remunerações; e apresentar sugestões para o melhoramento da estrutura e do mecanismo de ajustamento das remunerações dos trabalhadores da função pública. A mesma Comissão estabeleceu também um mecanismo consultivo permanente para recolha de opiniões e sugestões dos funcionários públicos sobre ajustamentos salariais, em particular, através de reuniões regulares entre os Serviços de Administração e Função Pública (SAFP) e associações dos trabalhadores da Administração Pública. As sugestões recolhidas nas reuniões são, após a organização e a análise devidas, entregues à referida Comissão.

Embora a Comissão tenha tido em conta o ambiente económico, a situação financeira do Governo, as tendências salariais do sector privado, a inflação e as opiniões dos funcionários públicos, ao fazer as suas recomendações de ajustamento salarial, as propostas finais dos ajustamentos recomendados nunca foram tornadas públicas. A população, em particular os funcionários públicos, só pode saber se há lugar a um ajustamento salarial após a divulgação anual do Relatório das LAG, estando assim em falta a transparência.

O mecanismo de actualização salarial dos funcionários públicos de Hong Kong é mais transparente, porque, tendo em consideração geral os factores como o indicador da tendência de pagamento líquido, a situação económica de Hong Kong, a mudança do custo de vida, a situação financeira do Governo, as exigências dos trabalhadores sobre a actualização salarial e o moral dos funcionários públicos, são enumerados no projecto de actualização salarial os detalhes das mudanças dos factores referidos, e publicadas, com dados claros, as justificações da actualização salarial, o que deve servir de referência para Macau.

Os funcionários públicos são uma base importante da acção governativa, por isso, a actualização salarial tem um grande impacto no seu moral. Não podemos esperar sempre que “os rumores parem de circular perante os sábios” e esperamos que o Governo possa aprender com as práticas maduras dos outros países e regiões, continuando a rever e a aperfeiçoar o mecanismo em causa, aumentando a transparência, para garantir o direito à informação da sociedade e dos funcionários públicos, evitando, assim, especulações e mal-entendidos que possam afectar a harmonia entre as duas partes, e elevando a estabilidade, o espírito de coesão, a qualidade dos serviços e a eficiência governativa da equipa dos funcionários públicos.

IAOD do Deputado Zhang Anting em 03.11.2022

Promover a retoma do sector do turismo e o desenvolvimento da diversificação adequada das indústrias

A pandemia já persiste há cerca de 3 anos, causando impactos significativos para a economia de Macau. O Governo insiste na dinâmica zero ao mesmo tempo que lidera Macau na retoma ordenada da economia, para a qual o aumento do número de turistas é força motriz importante. Apresento aqui os meus agradecimentos ao Governo Central pelo seu forte apoio a Macau, pois, a partir de 1 de Novembro, em Guangdong, Xangai, Zhejiang, Jiangsu e Fujian, os turistas do Interior da China voltaram a poder pedir vistos electrónicos para Macau, quer individuais quer para excursão. A população de Macau, as PME, as microempresas e o pessoal do sector do turismo estão cheios de confiança na retoma da economia de Macau.

A meu ver, as autoridades devem contar com a colaboração do sector do turismo, esforçando-se na prevenção da pandemia e nos preparativos para receber turistas, para lhes oferecer serviços de qualidade e experiências turísticas cómodas e agradáveis, por forma que os mesmos possam conhecer o rumo do futuro desenvolvimento de Macau e da Zona de Cooperação Aprofundada, bem como as vantagens institucionais e políticas, com o objectivo de trazer a Macau mais oportunidades potenciais no que respeita à diversificação adequada da economia de Macau e à Zona de Cooperação Aprofundada.

Em primeiro lugar, Macau, que é um centro mundial de turismo e de lazer, é um local que vários turistas escolhem para passear e passar férias. Assim, sugiro que as autoridades aumentem os seus esforços, para continuarem a organizar sorteios e a oferecer aos turistas “vales pecuniários”, “vales de desconto”, “vales de benefício para hotéis e voos”, a fim de estimular o consumo e incentivar os turistas a pernoitar em Macau, prolongando o tempo de consumo.

Para além do turismo e lazer, o aprofundamento da integração intersectorial do “turismo +” é uma orientação importante para o desenvolvimento do turismo. O Governo deve continuar a enriquecer as actividades culturais características, como o “Festival de artes e cultura sino-portuguesa” e o “Festival da Lusofonia”, atraindo mais turistas a visitarem as zonas comunitárias; pode ainda organizar mais grandes eventos desportivos internacionais, lançar produtos turísticos temáticos em cooperação com os respectivos sectores, reforçar a divulgação para atrair mais visitantes, prolongar as estadias e aumentar o consumo. Depois da entrada em funcionamento do Hospital das Ilhas, a qualidade dos cuidados de saúde de Macau vai aumentar, e Macau também tem as suas vantagens geográficas na Grande Baía, por isso, o Governo deve fazer bem os trabalhos de divulgação e de planeamento para promover o modelo “turismo + saúde”, para que os turistas possam fazer em Macau exames médicos, tratamentos e vacinar-se, entre outros cuidados médicos com qualidade no âmbito da macro saúde.

Os turistas que visitam Macau provêm de diversos sectores, e Macau está neste momento numa importante fase de desenvolvimento da diversificação adequada das

indústrias e de construção acelerada da zona de cooperação aprofundada, portanto, quando os turistas visitam Macau podem ficar a conhecer as políticas e o desenvolvimento da zona aprofundada, o que contribuirá para reforçar o ambiente de investimento em Macau. Por isso, as autoridades podem ponderar organizar convenções e exposições de grande envergadura, introduzindo elementos de Macau e de Hengqin nos itinerários dos turistas, para que estes usufruam de férias e fiquem a conhecer as perspectivas de desenvolvimento de Macau e da zona aprofundada, as vantagens do princípio “Um País, Dois Sistemas” e as políticas e benefícios fiscais, de modo a atrair mais investimentos, talentos e oportunidades de cooperação para o desenvolvimento das indústrias de Macau e da zona aprofundada, criando-se sinergias entre várias indústrias e apoio mútuo.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 03.11.2022

Renovação e optimização das instalações dos parques e zonas de lazer

As instalações de lazer têm sido o foco de atenção da população de Macau. Nos últimos anos, o Instituto para os Assuntos Municipais (IAM) tem remodelado e optimizado essas instalações, criou a zona de lazer à beira-mar do Centro Ecuménico Kun Iam, que é muito frequentada pelos residentes, e a “tiroleza infantil”, construída pela primeira vez no Parque do Reservatório, junto à zona A da Rua dos Pescadores. Além disso, há dias, foi revelado que vão ser instalados, na zona de lazer da Deusa Kun Iam, “carrinhos de choque”, e que o parque infantil da Doca de Lam Mau vai entrar em funcionamento no próximo dia 9, com uma bacia de areia ao ar livre. São novas opções de entretenimento infantil, que estimulam o entusiasmo das crianças e dos pais para se divertirem, o que demonstra que o Governo responde activamente às necessidades da população, e acredita-se que muitas pessoas vão ser atraídas a explorar essas novas instalações.

Contudo, há ainda muitas instalações por melhorar, por exemplo, o Parque de Seac Pai Van, que tem uma grande área, mas o espaço de lazer infantil é reduzido, e as instalações estão envelhecidas. Há que aproveitar bem as vantagens do parque de animais e plantas e, em articulação com os pavilhões do panda gigante e de animais raros, optimizar e ampliar as instalações infantis, e introduzir novas com diferentes características, para se criar um local propício para a generalização dos conhecimentos sobre a natureza e para o divertimento de pais e filhos. Pode ainda criar-se, em articulação com o Alto de Coloane e o jardim e a zona de lazer da Colina de Ká-Hó, uma zona de lazer e de turismo ecológico.

Em segundo lugar, ainda há muito a fazer quanto à renovação das instalações dos parques e zonas de lazer. Por exemplo, há falta de equipamentos novos para exercício físico de adultos, quer os pais quer as crianças necessitam de brincar, portanto, há que introduzir novos equipamentos, para os adultos terem mais opções ricas e divertidas para exercício ao ar livre. Podemos ainda tomar como referência os parques recreativos de outras regiões, onde adultos e crianças podem divertir-se ao mesmo tempo, com instalações de grande dimensão para a interacção entre pais e filhos, e locais propícios para o divertimento da população em geral. Há ainda que considerar a integração da tecnologia inteligente, pois já existem cidades no Interior da China que criaram espaços inteligentes para exercício físico nos bairros comunitários, por exemplo, um carro para a prática de exercício físico que consegue produzir electricidade, um corredor de *jogging* que regista o número de passos, e equipamentos com transmissão de voz que calculam as calorias gastas. Sugiro a introdução a título experimental de equipamentos inteligentes para exercício físico numa pequena área, com vista a promover a construção de uma comunidade desportiva inteligente e liderar a população para a prática inteligente de exercício físico.

Quanto à situação dos locais de lazer em Macau, segundo as informações da Rede da Natureza de Macau, existem mais de 40 parques e mais de 70 áreas de lazer temporárias,

um número que é bastante considerável. No entanto, a sua distribuição não é equilibrada, por isso, sugiro ao Governo que proceda ao respectivo ajustamento de acordo com as condições dos locais e a estrutura e a densidade populacional de cada zona, aumente os espaços e instalações infantis e para exercício físico, de modo a responder às necessidades dos residentes ao nível do lazer e do desporto.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 03.11.2022

Perante a instabilidade da epidemia em Macau, há que aperfeiçoar o emprego e as garantias laborais, e que estudar e promover as políticas de humanismo para com os trabalhadores que vivem no Interior da China

Segundo os resultados do novo Inquérito ao Emprego divulgados pelos Serviços de Estatística, a taxa de desemprego dos residentes locais atingiu 5,2%, ou seja, menos 0,3 pontos percentuais em relação ao período anterior, e a situação do emprego melhorou. Porém, registou-se uma redução de 6100 trabalhadores nos sectores do jogo, hotelaria e restauração, e a mediana do rendimento mensal da população empregada no terceiro trimestre foi de 14 mil patacas, menos 1300 patacas em termos trimestrais. Isto demonstra que o ambiente de emprego é ainda muito fraco e que a redução salarial causa alguma pressão aos trabalhadores. Espero que o Governo se esforce por resolver o desemprego, preste atenção à mudança da estrutura da população empregada e à redução salarial, estude a promoção do emprego dos trabalhadores locais através da optimização das actuais políticas de emprego e medidas de apoio, estabilize e aumente os salários.

Mais, devido à instabilidade da epidemia nas regiões vizinhas e ao recente surto em Macau, a sociedade está muito preocupada. Tenho prestado atenção especial ao impacto da pandemia para os trabalhadores, que esperam há muito que o Governo crie um regime de compensação por suspensão de trabalho, e colmate as insuficiências dos actuais regimes, para reforçar a protecção legal dos seus direitos e interesses.

Os surtos afectam os que vivem no Interior da China e trabalham em Macau, pois as restrições fronteiriças dificultam a vida e o trabalho. Perante a suspensão de trabalho devido à epidemia, os trabalhadores têm de enfrentar muitas dificuldades e pressão, pois não têm nenhuma protecção legal, e muitas vezes nem cobertura das empresas. Se a pandemia continuar e as medidas preventivas se mantiverem, exorto o Governo a dialogar com o Interior da China, no sentido de criar um conjunto de cuidados humanos para os residentes de Macau que vivem no Interior da China, atenuando-se assim o impacto para a sua vida. Mais, apelo às empresas com condições para implementarem políticas favoráveis para apoiar os trabalhadores, para combatermos, unidos, a epidemia.

Quanto à protecção dos trabalhadores infectados, se for confirmado que a infecção aconteceu devido ao trabalho, considera-se que é acidente de trabalho ao abrigo do Regime de reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho e doenças profissionais. Segundo o aviso de 30 de Junho da Associação das Seguradoras de Macau, nos termos do Decreto-Lei n.º 40/95/M e da lei sobre o seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, esses trabalhadores podem exigir responsabilidades e indemnização aos empregadores e seguradoras, mas deve ser apresentada prova de que a infecção de deveu ao trabalho.

Segundo uma queixa recebida recentemente, um trabalhador exigiu, nos termos da lei, a reparação dos danos emergentes de acidentes de trabalho à seguradora, mas esta exigiu um “certificado da fonte de infecção” emitido pelos Serviços de Saúde. Depois de

consultar o Centro de Coordenação da Infecção pelo Novo Tipo de Coronavírus, a resposta foi que as autoridades não emitiam esse certificado, o que resultou no insucesso do pedido e na sensação de injustiça do trabalhador. Pelo exposto, solicito às autoridades que coordenem a resolução das respectivas questões técnicas e avancem com melhorias do respectivo mecanismo de tratamento. Para melhor proteger os direitos dos trabalhadores, algumas regiões e países incluíram estas infecções nas doenças profissionais, Hong Kong, o Reino Unido, etc., procederam mesmo à revisão das leis para esse fim. Espero que as autoridades possam tomar isto como referência e avancem com reforço da protecção destes trabalhadores à luz da situação real de Macau.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 03.11.2022

Aproveitar a política nacional para promover a recuperação do mercado económico global

Há dias, o Departamento de Migração da China divulgou oficialmente a reabertura da emissão de vistos inteligentes aos balcões dos postos fronteiriços dos Serviços de Segurança Pública do país, facilitando bastante os pedidos de emissão de visto para Macau. Trata-se, sem dúvida, de uma medida de apoio importante do Governo Central ao Governo da RAEM para a recuperação da economia numa altura de normalização da epidemia, que vem reforçar a confiança e as expectativas dos diversos sectores em relação ao desenvolvimento económico. Estou convicto de que, sob a liderança do Chefe do Executivo, todos os sectores vão conseguir agarrar firmemente o espaço de desenvolvimento e o apoio dados pelo Governo Central, unindo esforços para impulsionar a recuperação e o desenvolvimento da economia, a fim de melhorar ainda mais a vida da população, estabilizar o emprego, e manter o desenvolvimento estável e harmonioso da sociedade.

Ao fim de três anos de epidemia, os diversos sectores estão bem cientes do risco da não diversificação das indústrias e estão constantemente à procura de diversas oportunidades de desenvolvimento para impulsionar o desenvolvimento diversificado das indústrias. Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado em promover o desenvolvimento de novas indústrias, aproveitando activamente o espaço e as vantagens da integração na conjuntura do desenvolvimento de duplo ciclo, nacional e internacional, e a Zona de Cooperação Aprofundada como uma nova plataforma para promover vigorosamente o desenvolvimento das indústrias financeira moderna, da ciência e tecnologia inovadoras, da macro saúde e da cultura, turismo e comércio. No entanto, face às grandes mudanças sem precedentes nos últimos cem anos, o caminho para a nova indústria de Macau continua a ser longo e muito desafiante. Há que saber que a estrutura económica de Macau está profundamente enraizada e que os diversos sectores de actividade estão ainda muito dependentes do turismo e do jogo, por isso, é difícil mudar tudo de um dia para o outro.

Mais, perante o ciclo da elevação de juros que se iniciou a nível internacional, muitas empresas já têm dificuldades com o financiamento e o aumento dos encargos operacionais, o que agrava a redução dos investimentos no mercado privado. Segundo alguns cidadãos, mesmo que haja vontade de investir em Macau, com a actual eficiência administrativa, é possível que um só procedimento consiga matar tudo. Ainda por cima, alguns dirigentes só estão preocupados com o seu lugar, e a burocracia é mais do que dominante, ou seja, nem sequer há qualquer margem de diálogo, o que deixa o ambiente de negócio mais do que parado, podendo até dizer-se que o não progresso leva ao retrocesso. Mais, isto levou mesmo ao surgimento, sem fim, de problemas profundos no tocante ao desenvolvimento económico de Macau. Numa perspectiva global de desenvolvimento, o Governo tem de assumir uma missão mais elevada e as responsabilidades inerentes ao seu papel enquanto administrador de Macau, e tem de adoptar uma visão estratégica e sistemática para

resolver os conflitos profundos, pois só assim é que será possível promover, em todas as vertentes, o desenvolvimento da economia de Macau e a construção da Grande Baía, assim como a melhor integração de Macau no desenvolvimento do país.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Acredita-se que a entrada em funcionamento dos equipamentos inteligentes para a emissão de vistos vai facilitar a vinda de residentes do Interior da China, aumentando o turismo e o consumo em Macau. O Governo deve efectuar os preparativos em todas as vertentes, implementando, através de acções efectivas, as medidas do Interior da China que beneficiam Macau, a fim de conseguir obter maiores reconhecimento e apoio do país e mais medidas de benefício para Macau, promovendo, portanto, a entrada de Macau na fase da plena retoma da economia.

2. Existe um desequilíbrio no mercado de investimento de Macau. O investimento público é maior do que o privado, o que leva a que o mercado privado, afectado pela epidemia, fique mais atrofiado. Com o forte apoio do País, o Governo deve rever todas as etapas de promoção do investimento e desenvolvimento, nomeadamente neste momento em que estamos na fase de ajustamento da estrutura industrial, deve aproveitar melhor as políticas nacionais para dar um passo em frente para levantar as condições de acesso ao mercado, tudo para estimular e acelerar o investimento privado. Acredita-se que só com um desenvolvimento equilibrado é que é possível promover o desenvolvimento económico de Macau sem desiludir o País nas suas expectativas e exigências em relação ao desenvolvimento de Macau.

3. Sob o objectivo comum de desenvolver a economia, os políticos e as pessoas dedicadas ao comércio devem manter comunicação suficiente, caso contrário, se cada um só trabalhar para si e cada um só tomar conta dos seus assuntos, a economia vai entrar num beco sem saída. Para fazer face às rápidas alterações da economia mundial, o Governo deve aprofundar as reformas do sistema administrativo, sobretudo reforçar a construção de regimes justos, acelerar a criação de novas relações de cooperação política e comercial, incentivar os dirigentes a tomarem a iniciativa de se deslocarem para a primeira linha de desenvolvimento para ajudar as empresas, servir melhor as empresas, e incentivar as empresas a contribuírem para a construção de uma economia melhor, com vista a impulsionar o desenvolvimento económico de Macau para um novo patamar.

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 03.11.2022

Criar medidas específicas de apoio às pessoas cujas actividades ou trabalhos foram suspensos durante a epidemia, e definir novamente um sistema de garantia para os trabalhadores com suspensão de trabalho

Há dias, o Governo divulgou o Relatório final sobre a resposta à situação epidémica “no dia 18 de Junho” e o Plano de resposta de emergência para a situação epidémica da COVID-19 em Grande Escala (2.^a versão) (“Plano de resposta de emergência”). Sob a regularização da prevenção epidémica, o Governo tem acumulado seriamente a experiência e melhorado as respectivas medidas para impedir a transmissão do vírus, e estou de acordo com isto, mas o mais importante é a concretização dos respectivos pormenores. Por exemplo, no caso da testagem em massa que acabou de ser concluída, no início da sua divulgação, o tempo para o teste era de menos de 24 horas, e o Governo afirmou que o resultado do teste dos grupos-alvo daquele dia era equiparado ao resultado da testagem em massa para efeitos de triagem, mas, devido ao tempo reduzido e sob a situação de o número de postos ainda não ter sido aumentado, muitos residentes deslocaram-se de imediato aos locais de teste e o resultado foi uma longa fila e uma concentração de pessoas, com longo tempo de espera. Só depois é que o Governo anunciou o prolongamento do tempo para teste. Sabemos que os trabalhos de prevenção não são fáceis e que os diversos serviços públicos têm envidado grandes esforços, mas muitos cidadãos estão a sentir-se cansados por terem enfrentado uma longa batalha contra a epidemia, assim, os trabalhos para a regularização da prevenção devem ser organizados detalhadamente, para evitar que as medidas preventivas, como a testagem em massa e o isolamento em hotéis, se transformem em lacunas para a infecção cruzada, o que afecta a eficácia da prevenção epidémica.

Mais, como os casos recentemente confirmados foram principalmente importados, as autoridades não exigiram a suspensão imediata dos trabalhos e das actividades, mas, segundo os cinco níveis de propagação definidos no “plano de contingência”, quando o nível de propagação for igual ou superior a 2, serão tomadas medidas, como a suspensão das actividades de alguns sectores, a proibição da tomada de refeições nos restaurantes, a implementação do confinamento parcial e das restrições nos transportes públicos, bem como o controlo das zonas dos códigos amarelo e vermelho, e as demais medidas de quarentena, medidas que afectam as deslocações dos residentes, fazendo com que não possam ir trabalhar, portanto, a sociedade solicita várias vezes ao Governo a definição de um mecanismo de apoio para a suspensão do trabalho e das actividades. Segundo a recente reposta das autoridades a uma interpelação minha, as diversas medidas de apoio económico lançadas nos últimos anos foram definidas tendo em conta o impacto da epidemia, e não há necessidade de as tornar permanentes e regulares. Podemos ver que o Governo não está consciente do essencial do problema.

Tomando como referência a experiência de outras regiões, para proteger os empregados tanto quanto possível, os Governos procederam à definição de orientações, à atribuição de subsídios e mesmo à revisão legislativa para clarificar a forma de tratar a

ausência decorrente de infecção confirmada, isolamento, quarentena obrigatória de empregados, etc. Por exemplo, Hong Kong procedeu à alteração da Employment Ordinance, prevendo que a ausência de um empregado devido ao cumprimento de uma ordem de isolamento, ordem de quarentena ou restrição de inspecções é considerada como falta por motivo de doença, e é atribuído o subsídio de doença aos que preencham os requisitos legais. Segundo as respectivas directrizes em Taiwan, propõe-se que as férias não remuneradas não sejam superiores a três meses e, nos termos da Lei do trabalho, o salário mensal dos empregados durante as férias não remuneradas não deve ser inferior ao salário mínimo. Mais, foi implementada a política de subsidiar os empregados que sofrem uma redução das horas de trabalho. No contexto da epidemia, os empregados foram obrigados a tirar férias não remuneradas, mas os Governos de muitas regiões estudaram a adopção de medidas específicas para evitar que os empregados fossem obrigados a tirar muitas férias não remuneradas durante um longo período de tempo e para lhes garantir o recebimento de um certo rendimento.

É de salientar que, nos últimos três anos, não foram poucos os trabalhadores que deixaram de trabalhar sem receber qualquer compensação. As autoridades implementaram medidas de apoio financeiro, mas devido à falta de critérios claros, o âmbito de aplicação, os requisitos, o valor, e o tempo de execução têm sido diferentes cada vez que o Governo toma uma decisão, e nem sempre é possível prestar apoio atempado e preciso às pessoas que foram obrigadas a suspender as suas actividades. O mais importante é que o regime de compensação por suspensão de trabalho, que vigora há muitos anos em Macau, já foi revogado, enfraquecendo a protecção dos trabalhadores. Exorto mais uma vez o Governo a fazer bom uso do orçamento para a prevenção de epidemias, a estudar e a definir mecanismos específicos de apoio a quem tenha suspenso as suas actividades devido à epidemia, e a definir um regime de compensação ou de garantia para a suspensão de trabalho. Deve evitar-se que os trabalhadores sejam obrigados a gozar licença sem vencimento de longa duração, sem qualquer garantia de rendimento.

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 03.11.2022

Reforçar as medidas de controlo de multidões

Há dias, na Coreia do Sul, ocorreu o mais grave incidente de debandada na história do país, causando um grande número de mortos e feridos e até envolvendo cidadãos chineses. O Governo metropolitano de Seul recebeu mais de 2 mil declarações de desaparecimentos relacionadas com o incidente, prevendo-se que o número de mortos e feridos continue a subir. É com sincero respeito que expresse o meu pesar pela tragédia ocorrida e endereço condolências pelos falecidos, esperando que os feridos possam recuperar o mais rápido possível.

Na verdade, a tragédia podia ter sido evitada, pois no dia anterior já se tinham reunido dezenas de milhares de pessoas, e podia ter havido acidentes e perigos. O Governo de Seul admitiu que, relativamente às actividades do Dia das Bruxas, não tinha definido uma estratégia especial nem uma gestão de segurança para a aglomeração de pessoas. No momento do incidente, devido à falta de recursos humanos, a situação do local não pôde ser controlada e nos becos com riscos potenciais também não se aplicaram medidas de controlo do fluxo de pessoas.

Este incidente é um alerta, pois Macau é uma cidade pequena, mas com muitos habitantes, sendo um grande desafio para os trabalhos de evacuação e salvamento. Antes da epidemia, havia um elevado número de visitantes, e era frequente o grande fluxo de pessoas nas zonas turísticas nos feriados e fins-de-semana, tendo a polícia aplicado o mecanismo de controlo do fluxo de pessoas. Reduziu-se a concentração de pessoas durante a epidemia, mas, com as alterações das medidas epidémicas e a sucessiva reabertura de actividades de grande dimensão, a aglomeração de pessoas é cada vez mais frequente, por isso o Governo deve otimizar os planos de resposta para o fluxo de pessoas e reforçar a consciência dos cidadãos e turistas sobre a segurança. Por exemplo, quando foram aliviadas as restrições de entrada e saída nas fronteiras, houve um grande número de pessoas a atravessar o posto de Qingmao, assim como são frequentes as aglomerações durante os testes em massa e nos testes dos grupos-alvo, sendo necessário reforçar a fiscalização e dar respostas atempadas. O sistema de videovigilância pode contribuir para a gestão e fiscalização do fluxo de pessoas, pelo que o Governo deve recorrer a mais meios tecnológicos para apoiar esse trabalho.

Com o desenvolvimento da Internet e a mudança das formas de realização das actividades, nos últimos anos, muitas têm sido organizadas pela população através da Internet e não existem entidades organizadoras, sendo difícil o Governo controlar o seu conteúdo e prever o número de participantes. Por exemplo, nos últimos anos, houve várias actividades espontâneas em Macau relacionadas com o Dia das Bruxas, com a participação de muitas crianças e a aglomeração de pessoas no evento. Assim, o Governo deve criar e reforçar um sistema de gestão da segurança no local das actividades espontâneas sem entidades organizadoras. Mais, os residentes, ao participarem em grandes eventos, locais ou no exterior, devem prestar atenção ao fluxo de pessoas e garantir a sua própria segurança.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 03.11.2022

Fazer bem os trabalhos de prevenção e resposta, em prol da retoma do turismo

O Interior da China voltou a emitir o muito esperado visto individual electrónico para Macau, e os detalhes da autorização de excursão para residentes de quatro províncias e um município estão a ser finalizados. Estas medidas são muito aplaudidas pela população e pelo sector do turismo, pois podem produzir sinergias com eventos como o Grande Prémio, e com a época alta dos feriados no final do ano, em prol da retoma da economia e do turismo.

É de notar que a situação epidémica na região vizinha e em Macau está instável. O Governo e a população acumularam experiência na prevenção e controlo da epidemia, com o surto de 18 de Junho, o Governo avaliou rapidamente a evolução da epidemia, procedeu à testagem das zonas com códigos vermelho e da população, e lançou o Plano de Resposta de Emergência para a Situação Epidémica da COVID-19 em Grande Escala (2.^a versão). Além disso, os Serviços de Saúde actualizaram as instruções para a prevenção e controlo da epidemia para os grupos turísticos, em preparação para a retoma do visto electrónico e das excursões. Mesmo assim, como a propagação do vírus é imprevisível e cheia de incertezas, temos de persistir na política zero Covid, para dar prioridade à vida da população, e atender à esperança na retoma económica por parte dos residentes e lojistas. Isto depende da colaboração de todos os sectores, que devem fazer bem a prevenção, e circunscrever o vírus na fase inicial, para minimizar o impacto da evolução epidémica para a passagem fronteiriça e para o turismo, e defender os resultados preciosos da prevenção.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Em articulação com o “Plano de Contingência em resposta à Epidemia de Pneumonia causada pelo novo tipo de coronavírus (2.^a versão)”, há que proceder, atempadamente, ao ajustamento e ao aperfeiçoamento das instruções de trabalho dos 15 grupos especializados, reforçar as acções de divulgação junto dos diversos sectores sociais, nomeadamente o do turismo, e manter comunicação estreita com os mesmos, para que, face ao futuro aumento do número de turistas, estes se articulem com as medidas de prevenção epidémica que sejam adoptadas atendendo à alteração da situação epidémica.

2. Com a retoma da concessão de vistos electrónicos individuais e para excursões, vai aumentar o fluxo de pessoas, assim, o Governo deve aperfeiçoar, quanto antes, as normas sobre o uso obrigatório do “código de local”, para reforçar o rastreio e o controlo das pessoas e zonas de risco, aumentando a eficiência da pesquisa epidemiológica. Os residentes e os lojistas também devem colaborar com as medidas de prevenção do Governo, usando correctamente o “código de local” e continuando a adoptar as medidas de protecção individual.

3. A barreira imunológica colectiva é crucial para a prevenção. Neste momento, a taxa de vacinação contra a Covid-19 já atingiu 90%, mas apenas cerca de metade dos residentes recebeu a dose de reforço, e só metade dos idosos com mais de 80 anos concluiu a

vacinação. A taxa de mortalidade das pessoas que nunca se vacinaram é mais elevada, 53 a 75 vezes, do que daquelas que já receberam a terceira dose, portanto, espero que o Governo esclareça melhor os efeitos da vacinação na protecção dos idosos, sobretudo, da dose de reforço, continue a estudar o lançamento de prémios e medidas para incentivar a vacinação, apele aos residentes para, consoante a situação física, se vacinarem, em prol da sua segurança e das suas famílias, e também da recuperação económica.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 03.11.2022

Aperfeiçoar as medidas de combate à epidemia, executar os respectivos planos, controlar a situação epidémica, promover a economia e assegurar o bem-estar da população

Há dias, registaram-se novos casos de infecção esporádicos em Macau, o que demonstra o risco potencial das cadeias de transmissão invisíveis. O Governo declarou rapidamente uma nova ronda de testagem em massa, “sem suspender os trabalhos, nem as aulas nem as creches”, favorecendo assim o equilíbrio entre as necessidades de trabalho e a vida da população. Isto merece o reconhecimento da sociedade. Espera-se que a população colabore com as medidas de prevenção, considere tomar a vacina e que mantenha uma atitude racional, paciente e confiante, para se enfrentar em conjunto os desafios da epidemia.

No entanto, segundo as opiniões de vários grupos sociais, o Governo reagiu rapidamente e os postos de testagem também foram bem preparados, mas, há margem para melhorar a divulgação de informações, a comunicação e coordenação prévia e o apoio respectivo. Alguns cidadãos ficaram confundidos com as informações sobre o teste, o que resultou numa grande afluência de pessoas em todos os postos assim que se divulgou que ia haver testagem, e há residentes que têm dificuldades e necessitam de apoio para se deslocarem e fazer o teste. Face ao exposto, apresento as seguintes três sugestões sobre as medidas de organização da testagem:

1. Dar importância à análise e avaliação dos planeamentos e reforçar a divulgação

A implementação de medidas claras e a divulgação de informações são requisitos e bases importantes para os grandes projectos públicos: o início dos testes em massa desta vez foi ajustado pouco depois do seu anúncio para se aumentar a flexibilidade, no entanto, surgiram, inevitavelmente, confusões com as informações. Assim, propõe-se ao Governo que estude e avalie de forma suficiente os resultados e possíveis cenários, e defina planos razoáveis que facilitem a colaboração da população; deve ainda reforçar a comunicação e a coordenação com os diversos postos de testagem e exigir marcação prévia para todos os postos e a realização de teste rápido, etc., a fim de evitar mal-entendidos entre os residentes, que só sobrecarregam o pessoal da linha de frente.

2. Reforço da comunicação e coordenação prévia e prestação de apoio suficiente através da cooperação interdepartamental

A testagem em massa é uma medida urgente, mas, se possível, antes de serem divulgadas informações específicas e medidas de apoio, deve haver comunicação prévia com as partes interessadas, para reduzir as preocupações e a ansiedade dos residentes. Por exemplo, no caso das escolas, antes da divulgação das medidas estas devem ser informadas rapidamente, através do mecanismo de colaboração interdepartamental, para definirem medidas de colaboração viáveis, o que pode ajudar os pais e alunos a tomarem

as medidas adequadas para os testes de ácido nucleico. O Governo deve desenvolver plenamente as funções do Grupo de Trabalho Especializado para a Prevenção da Epidemia, reforçar os preparativos para execução das medidas de prevenção e otimizar o mecanismo de comunicação e coordenação das medidas de contingência, a fim de elevar a fluidez na aplicação das medidas.

3. Preparar bem a testagem em massa e definir claramente os planos de trabalho e os meios de apoio.

Como os testes em massa vão ser realizados durante a passagem de um tufão, o Governo anunciou o prolongamento do horário e considerou como aceites os testes realizados no dia 31 de Outubro. Contudo, os residentes ficaram preocupados com o mau tempo e foram à pressa fazer os testes, o que resultou, no início, numa grande afluência aos diversos postos de testagem cuja capacidade de resposta foi ultrapassada, e os riscos aumentaram devido à aglomeração de pessoas. Para facilitar as deslocações dos residentes, o Governo deve definir, quanto antes, um plano geral e instruções de funcionamento, quer dos postos de testagem ao ar livre que dos cobertos, incluindo a divulgação atempada de informações, o horário de abertura ao público, os postos de testagem para as zonas-alvo e os diferentes grupos-alvo. Como durante a testagem em massa não há interrupção de aulas e creches, sugiro ao Governo que pondere o envio de pessoal para fazer testes aos alunos e professores nas escolas, proporcionando-lhes mais comodidade e segurança.

Por fim, apelo mais uma vez aos diversos sectores e a toda a população para colaborarem com a política de prevenção da epidemia do Governo, observando a estratégia geral de “prevenção de casos importados e de ressurgimento da epidemia”, persistirem no objectivo geral de “COVID zero” e efectuarem o registo do código de local, criando assim condições favoráveis para a abertura dos postos fronteiriços e para a recuperação da nossa economia, no intuito de se conseguir aproveitar os bons resultados da luta contra a epidemia.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 03.11.2022

Envidar todos os esforços para fazer face à actual crise, e promover a diversificação económica para responder às solicitações da sociedade

Entrámos no mês de Novembro, e é precisamente neste mês que se vai retomar a abertura das excursões e a emissão dos vistos electrónicos para quatro províncias e uma cidade do Interior da China. Mas os casos importados inesperados trazem efeitos negativos para os eventos, nos quais a sociedade deposita expectativas, e os diversos factores de incerteza aumentam as suas preocupações. Se as empresas e lojas locais não conseguirem agarrar a oportunidade de ouro no final do ano, os prejuízos vão ser enormes, situação que também pode provocar pressão na taxa de desemprego. Segundo as previsões, o impacto da epidemia vai persistir, portanto, que rumo devemos seguir para a recuperação económica?

Na última IAOD, coloquei uma questão que toda a população levanta, isto é, “de onde vai vir o dinheiro?” As receitas financeiras continuam a diminuir, e as diversas obras de infra-estruturas estão em curso, por isso, como é que o Governo vai assegurar as despesas com o bem-estar da população? O Governo lançou algumas rondas de apoio económico de dez mil milhões, mas, entretanto, houve “sacrifícios” nas medidas do bem-estar da população, por exemplo, foi cancelada a injeção de verbas na previdência central, o valor do subsídio para cuidadores mantém-se baixo, o montante da pensão para idosos nunca foi indexado ao índice mínimo de subsistência, etc.

O Governo desenhou um plano para o desenvolvimento das novas zonas urbanas, e manifestou o desejo de impulsionar o desenvolvimento económico através de grandes investimentos em infra-estruturas. Mas a sociedade tem dúvidas sobre isto. Há quem entenda que, face a diversos factores incertos, o Governo deve, em primeiro lugar, cumprir o princípio da manutenção das despesas dentro dos limites das receitas, e ponderar as realidades sociais e opiniões da população, tendo em conta a sua importância e urgência. Para mim, o mais importante e urgente é recorrer a diversos métodos para recuperar a economia e diversificar as indústrias, prevenir riscos para o sistema financeiro, reduzir a taxa de desemprego e estabilizar as receitas financeiras do Governo. O Governo pode agora aproveitar muitas oportunidades e estratégias, como:

1. Face ao envelhecimento da população, o Governo pode promover o desenvolvimento do mercado das tecnologias inteligentes para protecção dos idosos, aproveitando os terrenos desaproveitados para o desenvolvimento de um mercado privado dessa protecção.

2. Quanto ao desenvolvimento da indústria de protecção ambiental, o Governo pode ponderar actividades de reciclagem ou de energias renováveis, em terrenos de Coloane a conceder ou nos novos aterros. Acredita-se que, a curto prazo, se possa explorar o sector da protecção ambiental e criar postos de trabalho e cadeias industriais ecológicas.

3. Quanto às oportunidades de desenvolvimento entre Hengqin e Macau, o Governo pode procurar mais terrenos nessa ilha para promover o desenvolvimento da industrialização educativa, e encontrar mais políticas e vantagens benéficas para Macau, apoiando o desenvolvimento do comércio electrónico transfronteiriço.

4. Para o desenvolvimento local, o Governo pode aproveitar os terrenos desaproveitados e lançar políticas de benefícios para atrair investimentos, bem como empresas e indústrias de qualidade, nacionais e estrangeiras. Deve ainda estudar a reabertura da política de fixação de residência através do investimento, e rever e ajustar a política do mercado imobiliário, com vista a estabilizar o seu desenvolvimento.

As estratégias económicas diversificadas referidas, além de contribuírem para a recuperação rápida da economia de Macau, criando um grande número de novos postos de trabalho no mercado e reduzindo a taxa de desemprego, a longo prazo, ajudam também a aliviar os encargos financeiros do Governo, criando oportunidades para resolver eficazmente os diversos problemas sociais. Espero que o Governo da RAEM, para além de ter em conta o grande desenvolvimento futuro, tenha também em consideração a actual crise, aproveitando as bases e as oportunidades favoráveis existentes para consolidar, passo a passo, essas bases e avançar de forma estável.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 03.11.2022

Assegurar o emprego, estabilizar a economia e promover a vitalidade do princípio “Um País, Dois Sistemas”

No passado, o sucesso da implementação do princípio “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau contribuiu para o seu rápido desenvolvimento socioeconómico. Perante as oscilações resultantes das grandes mudanças no mundo, como libertar a vitalidade do princípio “Um País, Dois Sistemas” e aproveitar bem as vantagens institucionais para ultrapassar os desafios e explorar oportunidades tornam-se uma prioridade do Governo da RAEM. Tal como referiu o Director do Gabinete para os Assuntos de Hong Kong e Macau, Xia Baolong, na interpretação do “20.º Relatório do Partido”, é necessário desenvolver a economia, melhorar a vida da população, resolver as contradições e os problemas profundos no desenvolvimento socioeconómico, pois este é o pressuposto importante para manter a estabilidade e a harmonia de Hong Kong e Macau, de contrário, será difícil acelerar o passo para alcançar o ritmo de crescimento de integração no desenvolvimento nacional e concretizar o objectivo de elevar a competitividade internacional.

De acordo com os dados do Departamento de Estatística de Hong Kong, o PIB do 1.º e 2.º trimestres deste ano diminuiu 5,5 por cento e aumentou ligeiramente 0,1 por cento, respectivamente, em termos anuais. A taxa de desemprego, ajustada pelo período sazonal, desceu gradualmente dos 5 por cento, de Janeiro a Março, para 4,7 por cento, de Abril a Junho, o que mostra que, embora a economia de Hong Kong ainda esteja numa fase de descida, o mercado de trabalho tende a recuperar gradualmente. Comparando com o PIB de Macau, no 1.º e 2.º trimestres do corrente ano, este diminuiu 8,9 por cento e 39,3 por cento, respectivamente, em termos anuais, e a taxa de desemprego dos residentes subiu de 4,5 por cento, no 1.º trimestre, para 5,2 por cento, no 2.º trimestre, o que reflecte que a base da estrutura económica de Macau é mais fraca do que a de Hong Kong, sendo que esta pressão de desemprego nunca se tinha registado antes. O emprego é a base da vida da população, e a desaceleração económica leva ao aumento da taxa de desemprego e afecta directamente a subsistência de dezenas de milhares de famílias de Macau. Temos de entender: o objectivo principal para a estabilização da economia é manter os postos de trabalho, o que é uma questão premente que se deve resolver. As micro, pequenas e médias empresas ocupam mais de 90 por cento do total das empresas de Macau e disponibilizam 40 por cento dos postos de trabalho, por isso, manter as empresas é uma condição indispensável para manter os postos de trabalho, assim, o reforço da resiliência destas empresas é o cerne do desenvolvimento social e da vida da população, sendo também a chave para a resolução dos problemas mais profundos.

A “Lei para a promoção das pequenas e médias empresas” do País, revista nos últimos anos, define expressamente o apoio ao desenvolvimento das PME e a criação, mediante a produção legislativa, de um bom ambiente favorável à exploração das mesmas. Em Novembro deste ano, entrou em vigor o “Regulamento para a promoção do

desenvolvimento dos estabelecimentos industriais ou comerciais em nome individual”, que visa incentivar, apoiar e orientar o desenvolvimento saudável da economia individual, incluindo orientar as instituições de investimento a apoiarem esses estabelecimentos em nome individual, aperfeiçoar as políticas de apoio ao empreendedorismo e reforçar a protecção e o aproveitamento da propriedade intelectual dos mesmos. Sob uma nova era com nova conjuntura, o País dá maior importância às funções das pequenas, médias e micro empresas, bem como dos empresários individuais na estabilidade económica e no desenvolvimento social. Há dias, foram retomadas as medidas do visto electrónico e da abertura de excursões de 4 províncias e 1 cidade do Interior da China para Macau, tratando-se de uma acção concreta do País em resposta às novas expectativas da população sobre os trabalhos de gestão migratória, e também de água viva para a recuperação económica por que todos os sectores de Macau estão ansiosamente à espera. Em seguida, é necessário tomar medidas mais activas, para reforçar a resiliência das micro, pequenas e médias empresas em enfrentar oscilações do mercado, encontrar os conflitos profundos entre elas e, depois, encará-los corajosamente e tomar medidas apropriadas, com vista a dar resposta ao apoio e à atenção dados a Macau pela Pátria e pelo Governo Central.

Aqui, apelo ao Governo da RAEM para iniciar, quanto antes, os respectivos estudos e, através da referência aos diplomas legais de Hong Kong e de outras cidades da Grande Baía, optimizar o ambiente de negócios das micro, pequenas e médias empresas, pôr em prática a exigência do Presidente Xi Jinping de que o “Estado de direito é o melhor ambiente de negócios” e elaborar bem uma lei favorável ao desenvolvimento estável das micro, pequenas e médias empresas de Macau, de modo a acelerar a concretização do objectivo de “garantir as empresas e o emprego” e permitir às micro, pequenas e médias empresas o desempenho das suas funções na consolidação, a nível profundo, da economia e da sociedade de Macau, promover de forma contínua o desenvolvimento saudável a longo prazo da RAEM, acelerar a sua integração no desenvolvimento nacional, e contribuir em conjunto para a concretização da grande missão histórica do grande renascimento da Nação Chinesa para demonstrar a vitalidade do princípio “Um País, Dois Sistemas” em Macau!

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 03.11.2022

Construção da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2 (UOPG Este-2) em prol da criação de uma nova zona de vitalidade

Está em curso a consulta pública sobre o Projecto do Plano de Pormenor da Zona A dos Novos Aterros (Unidade Operativa de Planeamento e Gestão Este-2 [UOPG Este-2]), e a população participou activamente nas sessões de consulta pública através da apresentação de opiniões e sugestões de diversos pontos de vista. Baseado na orientação do Plano Director de Macau, o Projecto inclui a distribuição espacial e o posicionamento funcional da Zona A dos Novos Aterros, com o foco no desenvolvimento de habitação pública e na melhoria das instalações complementares relacionadas com a vida da população. Este Projecto tem por objectivo promover a complementaridade entre os bairros novos e antigos, e construir bairros comunitários agradáveis para viver, para dar resposta à expectativa dos residentes de uma vida melhor. Esperamos que essa expectativa se torne verdade o mais cedo possível.

Segundo esse Projecto, a UOPG Este-2 está com uma área de 1,74 km², com 96 mil habitantes previstos. Não há muitos terrenos com finalidade comercial, e a maioria dos terrenos disponíveis destina-se ao desenvolvimento de instalações governamentais ou sociais cuja construção depende de orientação e investimentos do Governo. A epidemia perdura há três anos, e as receitas do Governo já não conseguem cobrir as despesas. Se uma grande quantidade de dinheiro público for investida no desenvolvimento da UOPG Este-2, teme-se que este investimento bastante grande agrave a pressão sobre o Tesouro; e que o prazo de desenvolvimento seja demasiado prolongado. O Governo pode considerar a adopção de uma abordagem orientada para o mercado para a permissão da entrada de diversos tipos de capital social, de modo a estimular a vitalidade do mercado e promover o desenvolvimento económico impulsionado pelos investimentos.

A zona Este-2 é nos novos aterros urbanos, portanto, os estabelecimentos comerciais são importantes para facilitar a vida dos habitantes, respondendo às necessidades diárias e servindo o contacto e o lazer das pessoas. No desenvolvimento dessas zonas novas, a orientação para o mercado vai atender melhor às necessidades do comércio e da população, maximizando-se assim o valor dos terrenos disponíveis. Espera-se que os espaços comerciais na zona Este-2 sejam convenientes, acessíveis e diversificados, para que os habitantes tenham o sentido de pertença, e que a zona seja dinâmica e garanta as condições de habitação, vida e trabalho.

Assim, proponho o seguinte:

1. O Governo deve aproveitar os capitais da sociedade e adoptar a orientação para o mercado, para permitir o investimento do capital comercial e privado. Há que aprender com as experiências do bairro de Seac Pai Van, pois este tem sido alvo de críticas devido à falta de comércio e aos espaços comerciais desocupados. A introdução do capital comercial possibilita um desenvolvimento mais flexível e a valorização da zona, tirando proveito da concorrência e sensibilidade do mercado livre, e alivia os encargos financeiros

do Governo.

2. Desde o início da consulta pública sobre a UOPG Este-2, a sociedade está atenta ao desenvolvimento e à construção dos espaços comerciais subterrâneos. Sugiro ao Governo que proceda bem ao respectivo planeamento, defina planos de captação de investimentos de curto, médio e longo prazo, e crie um bom ambiente de negócios e incentivos para os comerciantes entrarem nos bairros comunitários; mais, preste atenção ao desenvolvimento das PME e microempresas, e lance medidas de benefício para atrair as PME a instalar-se em Macau, para diversificar as lojas na zona e promover o desenvolvimento saudável das PME e microempresas.

3. Segundo o planeado para a UOPG Este-2, esta terá cerca de 100 mil habitantes, por isso, os transportes desta e outras zonas vão enfrentar grande pressão. Os transportes da zona vão ligar-se com os carris do Interior da China: a Sul, vão ligar-se com a Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, e o metro ligeiro vai estender-se até ao Posto Fronteiriço de Hengqin. Sugiro ao Governo que planeie bem o trânsito e coloque racionalmente as estações dos transportes públicos, incluindo do metro ligeiro, para facilitar as deslocações dos residentes.

4. Como a zona Leste-2 fica perto do mar, quando os fortes tufões “Hato” e “Mangkhut” assolaram Macau, as zonas baixas ao longo da costa foram gravemente afectadas por inundações, assim, sugiro ao Governo que realize bem as obras de prevenção e escoamento de inundações nesta zona, para evitar a entrada das águas pluviais na cidade durante o mau tempo e garantir a segurança da vida e dos bens dos residentes.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 03.11.2022

Fazer face de forma racional ao aumento das taxas de juro e estabilizar a confiança no investimento

Recentemente, a Reserva Federal dos EUA aumentou significativamente os juros, e o Banco da China (Macau) anunciou em Setembro que as taxas de juro preferenciais em patacas e em dólares de Hong Kong vão passar de 5,25 por cento/ano para 5,375 por cento/ano, um aumento de 0,125 por cento, representando uma nova actualização nos últimos três anos, depois de 2019. Com a tendência de aumento radical das taxas de juro nos Estados Unidos, Macau entrou inevitavelmente num ciclo de aumento dessas taxas e é muito provável que até ao final do ano haja ainda dois aumentos, por isso as empresas e os cidadãos vão sofrer, obviamente, pressões decorrentes das despesas com os juros de empréstimos.

Devido às incertezas da conjuntura mundial, prevê-se que a taxa de juro preferencial continue a subir em 2023 e que só volte a descer em 2024. Nos últimos três anos de epidemia, a economia de Macau entrou na fase mais difícil desde o retorno à Pátria, com todos os sectores a lutarem pela sobrevivência, reduzindo significativamente as despesas e aguardando pela recuperação. A economia ainda não recuperou, mas vai a qualquer momento sofrer as pressões do aumento das taxas de juro, um fardo pesado que vai agravar a circulação de capitais. Assim, acredita-se que o próximo ano será o mais difícil para todos os sectores.

Há em Macau muitos cidadãos que contraíram empréstimos privados por necessidade de aquisição de habitação, bem como empresas industriais e comerciais que contraíram empréstimos junto dos bancos por necessidade de exploração. Num ambiente económico fraco, a subida constante das taxas de juro torna-se uma despesa adicional para a vida e para a exploração, por isso, não se pode negligenciar o aumento da pressão do reembolso. O Governo deve continuar a implementar medidas de apoio aos residentes e às micro, pequenas e médias empresas, encorajando todos os sectores a ultrapassarem, em conjunto, este período difícil.

Nestes termos, apresento as seguintes sugestões:

1. A maior parte das empresas e cidadãos de Macau pode ter uma reacção mais lenta ao impacto do ciclo de aumento das taxas de juro. Sugere-se ao Governo que reforce o esclarecimento junto dos diversos sectores sociais, ajudando as empresas e os cidadãos a tomarem medidas preventivas e a definirem antecipadamente planos de acção, para reduzir a pressão do aumento das taxas de juro e consciencializar as empresas para os riscos financeiros.

2. Face ao aumento das taxas de juro, os investidores podem manter uma atitude reservada em relação ao ambiente de negócios de Macau. Para evitar o arrefecimento do mercado, o Governo da RAEM deve implementar uma série de políticas de incentivo para

(Tradução)

promover ainda mais o financiamento de baixo custo, e empenhar-se em ampliar a procura interna e externa. Deve promover o investimento, o consumo e o comércio externo, manter a estabilidade e o desenvolvimento da economia e do emprego, e apoiar as empresas e a população a passarem, sem sobressaltos, os períodos de elevadas taxas de juro.

IAOD dos Deputados Ma Chi Seng e Kou Kam Fai em 03.11.2022

Inovação Tecnológica para a abertura dum novo capítulo do desenvolvimento de Macau

No relatório do 20.º Congresso do Partido Comunista, a palavra “inovação” aparece 55 vezes, é uma das mais populares. Segundo o Secretário-Geral Xi Jinping, a implementação do novo conceito de desenvolvimento é a via inevitável para desenvolver e fortalecer o nosso país na nova era; há que persistir na inovação como força motriz primária, e que persistir na inovação como o núcleo da conjuntura geral para a modernização da China. Refere-se ainda no relatório que, até 2035, vão ser alcançados os objectivos de independência e auto fortalecimento da ciência e alta tecnologia, da construção de um país forte em ciência e tecnologia, para ser um dos países na liderança mundial da inovação.

Fazendo uma retrospectiva, no 18.º Congresso foi apresentada a estratégia de desenvolvimento impulsionado pela inovação e no 19.º foi a estratégia da inovação como força motriz primária que conduz ao desenvolvimento, e a inovação tecnológica lidera a inovação em todos os aspectos, e no 20.º foi proposta a concretização da independência e do auto fortalecimento da ciência e da alta tecnologia, e a construção de um país forte em ciência e tecnologia. Isto demonstra consistência por parte do Secretário-Geral e a grande importância que este dá aos trabalhos de inovação tecnológica.

Macau está a desenvolver rapidamente as quatro indústrias, está empenhada na promoção da diversificação adequada da economia, e a missão de lançamento do módulo de laboratório Mengtian foi bem-sucedida, com a atracagem combinada com o módulo central Tianhe. Na nossa opinião, o discurso do Secretário-Geral incluiu mensagens relevantes para Macau, rumo ao seu futuro brilhante, que nos incentivam a progredir.

Assim, gostaríamos de partilhar dois pontos de vista e sugestões:

1. Suporte tecnológico e de quadros qualificados com o núcleo sustentado pela vertente educacional. Temos de empenhar-nos no desenvolvimento da inovação tecnológica no ensino básico, dotando-o de mais recursos inovadores. Temos de reforçar a criação de plataformas para a concepção, aprendizagem e apresentação de tecnologias, para os adolescentes acederem ao ensino científico e a plataformas mais profissionais e alargarem os seus horizontes, com o objectivo de lhes permitir o contacto com conhecimentos mais avançados e generalizados sobre a ciência, a aquisição de interesse na ciência e o aumento das suas capacidades práticas.

O reforço da prática é o meio mais eficaz para a criatividade. Espera-se que o Governo incentive as escolas a criarem plataformas de intercâmbio e cooperação interdisciplinar, por exemplo, combinando as tecnologias e a cultura e a história, a inteligência artificial e a matemática, etc., para incutir qualidades científicas transversais nos estudantes e construir uma boa base para o desenvolvimento da inovação interdisciplinar. Podemos ainda

recorrer às bases educativas de sensibilização científica e demais recursos educativos nacionais para a organização de cursos mais diversificados e adequados para formação do pessoal docente na área da sensibilização científica, a fim de aumentar a qualidade científica no ensino primário e secundário e as capacidades práticas dos docentes para a educação sobre a ciência, promovendo o desenvolvimento do ensino de Macau na vertente das tecnologias.

2. Experiências de visita, culturais e com inovação tecnológica, para enriquecer o Centro Mundial de Turismo e Lazer. Macau tem ricos recursos culturais e turísticos e o seu desenvolvimento foi definido como “Um Centro, Uma Plataforma e Uma Base”. Existe uma nova tendência de integração entre cultura e turismo, logo, é possível a integração entre o “Turismo +” e outras indústrias, podemos usar a criatividade, novas ideias, novas tecnologias e novos materiais para apresentar às pessoas a nova situação das indústrias, novos ambientes e novos frutos. Deste modo, é possível concentrar sinergias para desenvolver novos produtos turísticos, enriquecendo a experiência dos turistas. O Instituto Cultural vai lançar em breve a actividade “reconstrução” das Ruínas de São Paulo através da realidade virtual (VR), mas já antes lançou, em conjugação com a tecnologia de realidade aumentada (AR), as actividades turísticas Arraial na Ervanários, Arraial em Coloane e Arraial na Taipa. A partir disto, pode dar mais um passo, no sentido do desenvolvimento de novas tecnologias, pode conjugá-las com os recursos turísticos tradicionais, e aproveitar os mega dados e a inteligência artificial para a divulgação, com precisão, das informações turísticas, tudo para promover o desenvolvimento qualitativo da indústria do turismo e lazer através da tecnologia.

A tecnologia reforça o desenvolvimento e a vitória está na inovação. Devemos estar cientes de que a “modernização ao estilo chinês” é, sem dúvida, um movimento que consiste em correr para ficar na primeira fila quer desta era quer do mundo, através de tecnologias inovadoras e científicas. Esperamos que todos os sectores se mantenham unidos e dêem o seu contributo, para que Macau possa ficar de pé no novo ponto de partida histórico, tenha um forte sentimento da sua missão histórica, aja em articulação com as estratégias de fortalecimento do país através das tecnologias, dando o seu contributo com toda a sua energia.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 03.11.2022

Acompanhamento contínuo da situação de contratação e elevação da eficácia da colocação e conjugação profissional Clarificação da atribuição do subsídio e do emparelhamento profissional do plano de formação subsidiada

A DSAL afirmou que, nos primeiros 10 meses deste ano, depois do seu apoio, 5153 residentes foram contratados, número que ultrapassou os 3233 do ano passado, e que o resultado foi alcançado, por, em Abril, as autoridades terem melhorado e simplificado o procedimento de emparelhamento profissional, com sessões de emparelhamento, permitindo a participação livre dos candidatos. Aquele número aumentou “significativamente” em comparação com o do ano passado, mas, de acordo com as informações mensais, para além dos cerca de 1500 residentes, registados em Abril, que conseguiram emprego, registou-se nos restantes meses apenas uma média de 400 residentes, número esse que está aquém das expectativas, o que faz aumentar a taxa de desemprego e de subemprego.

Segundo os dados que obtive recentemente através da AL, até finais de Abril deste ano, as seis concessionárias do jogo continuavam a ter 22 mil TNR, registando-se apenas um aumento de 7,6 por cento de trabalhadores residentes, quando comparado com o número registado em finais de Dezembro de 2019 (antes da epidemia). Mas as concessionárias do jogo não criaram de forma contínua novos postos de trabalho para os locais. Por exemplo, nos dias de recrutamento, entre 22 e 24 de Abril, as concessionárias ofereceram 1850 vagas; e, em Outubro, foram realizadas 6 sessões de emparelhamento e as concessionárias ofereceram apenas um total de 293 vagas. Isto demonstra que as concessionárias devem ter espaço para a contratação de locais, com a saída dos seus TNR.

Mais, segundo alguns residentes, depois de terem sido contratados através das sessões de emparelhamento profissional organizadas pela Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais (DSAL), foram despedidos antes do termo do período experimental. As PME também se queixam, porque alguns candidatos contratados através da DSAL não regressaram ao emprego pouco depois de terem aparecido no trabalho. Por isso, solicito às autoridades que acompanhem a situação de contratação dos candidatos dentro de um determinado período de tempo após a conclusão do emparelhamento, a fim de se inteirarem dos problemas existentes e de elevarem a eficácia desses emparelhamentos profissionais. Esse acompanhamento é para cumprir a promessa do Chefe do Executivo de “deixar os bons empregos para os locais”, evitando que “as empresas contratem primeiro e despeçam depois”, ou que “os trabalhadores não exerçam as funções na realidade”, uma situação que apenas aumenta o número de candidatos bem-sucedidos nas sessões de conjugação da DSAL, mas que melhora a situação de emprego na realidade.

Quanto à formação subsidiada, desde há muito tempo, alguns residentes no desemprego já tinham de utilizar o respectivo subsídio para suportar as despesas diárias. Segundo muitos residentes, depois de concluírem os cursos de formação subsidiada, o

Governo não dispõe de uma calendarização para a conjugação laboral e para a atribuição de subsídios. Quando perguntam ao pessoal do Governo, os funcionários apenas respondem que têm de “esperar entre 1 a 3 meses”. Segundo o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Regulamento Administrativo sobre o “Plano de formação subsidiada”, são atribuídos aos formandos os subsídios de formação correspondentes, quando, no prazo de um mês após a conclusão dos cursos e a participação nas respectivas provas, se encontrem em qualquer das seguintes situações: tenham obtido emprego com sucesso ou exerçam actividade por conta própria, se tenham articulado com a organização de registo para pedido de emprego e eventual emparelhamento profissional na DSAL e não tenham obtido emprego, e não seja possível ao formando articular-se com a organização de registo para pedido de emprego ou emparelhamento profissional na DSAL por motivo imputável ao próprio, e não tenha obtido emprego por não ter aceite a contratação.

Por outro lado, os formandos que voltam a requerer o subsídio para participar em cursos de formação subsidiados só o podem fazer após confirmação de que ainda não concluíram os cursos de formação anteriores, ou que lhes foram atribuídos os subsídios destes cursos. Porém, a atribuição do subsídio demora, normalmente, mais de 3 meses e, durante este período, os residentes não têm salário nem oportunidades de formação, esperando em vão.

Assim, apelo ao Governo que disponibilize, nos termos da lei, um mês para as conjugações de emprego e entrevistas; que atribua, o mais rápido possível, os subsídios e que forneça, antes do início dos cursos, uma calendarização clara aos candidatos, para que estes se possam preparar melhor. Sugere-se, ainda, ao Governo que ajuste as regras de reinscrição para a frequência de cursos de formação, para que, durante o período de espera para a entrevista, os formandos aprovados se possam candidatar, novamente, a outros cursos, continuando a melhorar as suas técnicas.

2022-11-03 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“Medidas desnecessárias, desproporcionais e discriminatórias de contenção do COVID-19 e postura ambígua das autoridades competentes em relação às actividades organizadas pelas Associações de Matriz Portuguesa e no âmbito de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)”

A recente detecção de casos de Covid-19, nos últimos seis dias, levou a que as autoridades sanitárias anunciassem na passada segunda-feira, dia 31 de Outubro do corrente ano, mais uma “corrida” com o Tufão “Nalgae” “rumo” aos testes de ácido nucleico para toda a população do território.

Depois anos de experiência nos testes de ácido nucleico, subsistem dificuldades nas marcações, longas filas de espera, cancelamentos inesperados e sem aviso prévio e sem responsáveis para assumirem os erros. Foram cancelados inesperadamente vários atendimentos de consulta médica nos Centros de Saúde, sendo exemplo paradigmático, o caso do Centro de Saúde do “Ocean” na Taipa, em que sem aviso prévio, cancelaram as colheitas de sangue e material para análises laboratoriais sem aviso ou mensagem prévia aos utentes. Presenciei pessoas em jejum a queixarem contra estas irresponsabilidades e alguns com frascos de urina nas mãos, na maioria idosos que tiveram de regressar às suas casas. Uma total desorganização e irresponsabilidade, sem explicações minimamente aceitáveis por parte deste Centro de Saúde.

Vejamos que, antes de terem sido identificados, os últimos casos de Covid19, durante o fim-de-semana, e precisamente no último dia da 25ª edição do Festival da Lusofonia, o evento multicultural de excelência da RAEM, que constitui uma importante partilha da cultura das comunidades de língua Portuguesa com a cultura Chinesa, revelando o papel de Macau como plataforma de intercâmbio cultural entre a China e os Países de Língua Portuguesa, foi este evento abruptamente cancelado ao princípio da tarde de Domingo, dia 30 de Outubro de 2022, pelas 14:00, sem que houvesse a mínima consideração, nem critério, para essa

drástica decisão, a não ser a de que não seria possível controlar a implementação das orientações de prevenção epidemiológica para a organização de eventos, emitindo assim, as autoridades sanitárias, um autêntico atestado de irresponsabilidade aos organizadores do evento, e à população em geral, que, tal como em anos anteriores, voltou a aderir em grande número.

Para além dos prejuízos causados às Associações, e participantes, no Festival deste ano, pelo anúncio tardio do cancelamento do último dia do evento, Domingo, 31 de Outubro de 2022, sem que lhes fosse permitido alterar os planos, e preparativos, para o que seria considerado mais um excelente dia de animação e convívio entre as várias comunidades a viver em Macau, a medida revelou-se desnecessária, desproporcional e discriminatória, porquanto ainda não se registava um número elevado de infecções, que estariam circunscritas, de acordo com as autoridades, e onde não foi aplicado o mesmo critério a algumas outras festas que decorreram no mesmo dia.

Neste contexto, seria também importante, que a tutela dos serviços públicos competentes esclarecessem se vão impor as mesmas restrições ao 69º Grande Prémio de Macau e ao 22º Festival de Gastronomia de Macau, se não estiverem reunidas as tais condições de segurança, como forma de reforçar a prevenção e controlo da epidemia, evitar a concentração de pessoas e reduzir o risco da propagação de infecção. Ou será, que será, adoptada a política de uns serem mais iguais que os outros?

Ao contrário do discurso oficial, que apela à promoção da cooperação entre a R. P. da China e os Países de Língua Portuguesa, como elo fundamental na promoção do intercâmbio cultural, as autoridades do território ainda não reconheceram ao Festival da Lusofonia a importância cultural que lhe deve ser atribuída, não o incluindo no calendário de eventos da Direcção dos Serviços de Turismo, e considerando este evento uma actividade do tipo Parque Temático, como foi referido no discurso inaugural do evento, o que revela uma falta de sensibilidade na avaliação da organização do grande evento popular de Macau, e dos seus 25 anos de história, de convívio e de intercâmbio cultural.

Esta postura ambígua do Governo de Macau em relação às actividades desenvolvidas por Associações de Matriz Portuguesa, e no âmbito de cooperação com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), associada a decisões discriminatórias em relação à comunidade lusófona, é um factor desmotivante e de frustração para o contínuo empenho, dedicação, esforço e amor à RAEM, destas entidades, que em muito têm contribuído para que Macau desempenhe o seu papel de importante elo histórico entre a China e os Países de Língua Portuguesa, actuando como plataforma económica, comercial, e de ligação cultural, e de promoção, e aprofundamento das relações entre a R. P. da China e os países de língua Portuguesa.

Assim, solicito ao Governo de Macau que considere a possibilidade de atribuição de um subsídio de compensação para os prejuízos incorridos pelas Associações, e respectivos participantes, decorrentes do cancelamento das actividades do último dia da 25ª edição do Festival da Lusofonia, e que seja revista a estratégia de cooperação com as Associações de Matriz Portuguesa, na promoção, e aprofundamento das relações entre a R. P. da China e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), e as decisões relativas à implementação de medidas restritivas decorrentes da pandemia da COVID-19.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 03.11.2022

Dar importância à divulgação do tesouro nacional pandas gigantes, e elevar o valor da sua protecção no âmbito do turismo, da economia e da ecologia

A relação entre a RAEM e os pandas gigantes tem uma longa história. Este tesouro nacional não é só uma ponte de comunicação e intercâmbio entre o Governo Central e a RAEM, representa também o carinho do Governo Central para com a população de Macau.

No dia 19 de Dezembro de 2014, o Secretário-geral Xi Jinping deslocou-se a Macau para o 15.º aniversário do retorno de Macau à Pátria, e anunciou a oferta à RAEM de um novo par de pandas gigantes pelo Governo Central. Os pandas desta segunda geração continuam a usar os nomes dos anteriores, Kai Kai e Xin Xin, porque foram os nomes escolhidos pela população de Macau, já estão enraizados no coração das gentes de Macau, têm o significado simbólico de embaixadores da conservação, são carinhosos e amáveis, simbolizam alegria, representam o belo desejo da população de Macau e expressam directamente a alegria da população de Macau pela oferta dos pandas-gigantes pelo Governo Central.

O Pavilhão do Panda Gigante de Macau situa-se no Parque de Seac Pai Van, em Coloane, tem uma área de cerca de 3000 metros quadrados, tem dois espaços interiores de 330 metros quadrados, e duas áreas de actividades ao ar livre com cerca de 600 metros quadrados. A criação dos pandas baseia-se em teorias científicas, e também em experiências práticas obtidas em diferentes situações. Após um processo contínuo de tentativa/teste ousado, verificação cuidadosa, observação, registo e pesquisa, Macau tem vindo a desenvolver um modelo de criação adequado aos pandas-gigantes de Macau, obtendo bons resultados nas áreas da procriação, criação de pandas bebés, assistência médica, nutrição, treino comportamental e educação dos pandas-gigantes. Em 2016, os pandas gigantes Kai Kai e Xin Xin tiveram os bebés gémeos Jian Jian e Kang Kang, por isso, há mais necessidade de manter a estabilidade do pessoal ou até contratar mais pessoal, para lhes prestar cuidados mais carinhosos.

Além de atrair os turistas de todo o mundo para visitar a nossa cultura com características sino-portuguesas, Macau, enquanto Centro Mundial de Turismo e Lazer, deve ainda promover empenhadamente o tesouro do País, ou seja, os pandas gigantes, para elevar a sua fama. Isto pode contribuir para aumentar a vontade de visitar Macau, reforçar a consciência dos residentes e dos turistas em relação à conservação ecológica e à protecção ambiental, intensificar o seu reconhecimento da cultura tradicional, e promover o desenvolvimento do turismo e da economia locais. Trata-se de uma iniciativa com múltiplos benefícios, mas, na realidade, pouquíssimos turistas sabem que existem estes pandas Macau, mesmo os do Interior da China não sabem que os podem ver de perto, o que demonstra que existem falhas nas acções de promoção do Governo que devem ser colmatadas.

A recente morte por doença de uma fêmea de macaco-dourado no Parque de Seac Pai Van fez despertar o alarme sobre como cuidar e criar melhor os animais raros e preciosos de Macau e como aproveitá-los para aumentar as características turísticas locais, podendo ser o foco quer dos respectivos trabalhos quer do reforço da consciência sobre a conservação ecológica e a protecção ambiental.